

DOCÊNCIA, TRANSEXUALIDADES E TRAVESTILIDADES: A EMERGÊNCIA REDE TRANS EDUC BRASIL

Marco Antonio Torres – UFOP

Travestis e transexuais são sujeitos desclassificados por discursos que os produzem a partir da desordem social e psíquica, pois têm sido associados à prostituição e aos diagnósticos psicológicos e psiquiátricos, entre outros dispositivos orientados pela heteronormatividade. Quando esses sujeitos começam a emergir na escola como docentes temos evidenciada uma questão, quais as formas de ingresso e sustentação das professoras travestis e transexuais femininas no ambiente escolar? Essa pesquisa foi elaborada a partir de entrevistas e observações de campo com sete professoras que se autoidentificavam como travestis e transexuais femininas que tem trabalhado em escolas da rede pública de educação básica. Para desenvolver essa questão o texto aponta a articulação de uma rede de professoras travestis e transexuais no Brasil que pode tornar-se uma encruzilhada por onde passam tensões e disputas que possibilitam a produção de sujeitos que desafiam, reiteram ou mesmo deslocam discursos acerca das sexualidades nas escolas. Deste modo analisamos a emergência da identidade coletiva professoras travestis e transexuais como um exercício de transformação que articula significados não disponibilizados na prostituição e nos diagnósticos do gênero.

Palavras-chave: Professoras, Travestis, Transexuais, Escola, Transfobia

Introdução

Localizamos a Rede Trans Educ Brasil (daqui por diante Rede Trans Educ), um coletivo de professoras travestis e transexuais (femininas e masculinos), a partir de um *corpus* de entrevistas realizadas com sete professoras entre as quais cinco se autodefiniam exclusivamente como transexuais femininas, uma como travesti e outra como travesti e/ou transexual. A pesquisa durou de 2008 a 2012 e investigava as estratégias de ingresso e manutenção de travestis e transexuais na função docente em redes públicas de educação. Naquele período não havíamos localizado nenhum professor transexual masculino, porém hoje o grupo já conta com alguns destes. Vários pontos se destacaram como significativos no relato das professoras entrevistadas em nossa pesquisa: a importância da transformação dos sujeitos na escola, as interdependências afetivas do sujeito no contexto familiar, o reconhecimento do nome social e diversos outros pontos. Todavia, consideramos que a incipiente articulação de

um coletivo das professoras travestis e transexuais, materializado na Rede Trans Educ, surge como analisador do contexto de produção linguagens possíveis ao enfrentamento da transfobia, compreendida por nós como uma violência de gênero, no contexto escolar. Inicialmente apresentaremos nosso referencial teórico, depois considerações acerca da homofobia e transfobia na escola para em seguida analisarmos a emergência da Rede Trans Educ. Nossa pesquisa foi concluída no final de 2012 com perspectiva do aprofundamento de investigações acerca desse grupo, pois a Rede Trans Educ surgiu como uma das estratégias que se destacaram como significativas nos argumentos de nossas entrevistadas.

Em nossas análises utilizamos um referencial teórico em que destacamos as noções apresentadas por Judith Butler acerca do gênero principalmente nos trabalhos *Gender Trouble* (1999) e *Deshacer el género* (2006), publicados respectivamente em 1990 e 2004. Essa autora estadunidense faz parte de um conjunto de outros autores que retomaram a partir da década de 1970 a noção de sexo como dispositivo histórico, conforme proposto por Michel Foucault (1988); esses autores corroboraram à articulação da noção de heteronormatividade. Essa indica um modo de agir, pensar e sentir de sujeitos e coletivos que produzem corpos que somente podem ser compreendidos como mulher (quem é designada fêmea no nascimento) e homem (quem é designado macho no nascimento) animados apenas pelo desejo heterossexual. A heteronormatividade regula as relações interpessoais pelos dispositivos dinâmicos, entre os quais vemos nomeados nas políticas públicas como lesbofobia, transfobia, homofobia, entre outros, como observamos no *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT* (Brasil, 2009).

Guacira Lopes Louro introduziu as discussões de Judith Butler no Brasil, especificamente nas análises da educação, quando publicou *Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação* (Louro, 2001b). As noções de Judith Butler, na maioria das vezes definidas relacionadas à perspectiva *queer*, propõe o sujeito como efeito de discursos que reiteram as normas de gênero (Butler, 1999), isto é, a reiteração de discursos que afirmam o dimorfismo sexual, a heterossexualidade compulsória e a prevalência do masculino como verdade produz os corpos. A verdade produzida pela pedagogia acerca de nossa identidade de gênero e sexual produz corpos de mulheres e homens regidos pelas normas de gênero, essa produção se justifica como uma pretensa civilidade em que a diversidade sexual não encontra inteligibilidade (Louro, 2001a).

Os corpos de travestis ou transexuais, de diferentes modos, geram uma grande tensão acerca da “verdade” daqueles outros definidos pelo discurso heteronormativo como homens e mulheres em seu nascimento e também revelam a contingência das próprias normas (Butler, 1999). Consideramos que as demandas de sujeitos e grupos que contrariam o regime das heteronormas nos informam que não existe uma sexualidade a ser descrita ou descoberta, mas sim uma constelação de formas de vida subalternizadas em busca de legitimação. Militantes LGBT e outros ligados à diversidade sexual conseguiram colocar o termo homofobia na *mass* mídia e provocaram debates importantes nas últimas décadas no contexto de organizações nacionais e internacionais como a ONU. O termo homofobia emerge como um conjunto de afetos, práticas e saberes produzidos pela cultura ocidental em que homossexuais são depreciados e/ou expostos a diferentes formas de violência (Borrillo, 2010). A desqualificação desses sujeitos se faz pela reiteração das normas geradoras da violência que cotidianamente tem sido denunciada no contexto brasileiro (Mott, Almeida, e Cerqueira, 2011). O coordenador geral de Promoção dos Direitos LGBT da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Gustavo Bernardes, informou a partir de uma pesquisa de 2012 que 49% das vítimas de homicídios na LGBT eram travestis, indicando que este é um dos grupos mais vulneráveis à violência homofóbica, junto com os jovens negros (Rodrigues, 2012).

Travestis, transexuais, lésbicas, *crossdressers*, *drags*, entre outras expressões das sexualidades e do gênero surgem como demandas de sujeitos que reivindicam para si o status de “humanos” e denunciam as hierarquias sociais; assim podem relativizar crenças produzidas nas teias de interdependências humanas marcadas pela heteronormatividade. Nesta lógica aqueles/as identificados/as pelas travestilidades e transexualidades se destacam no ambiente escolar pela ausência ou pertença precária que colocam em cheque a capacidade de diálogo de educadores/as com a diversidade sexual (Prado e Junqueira, 2011; Ramires, 2011). Por isso podemos pensar que os dispositivos da heteronormatividade estão presentes nos currículos e na escola de modo amplo (Louro, 2001a; 2001b; 2009; Xavier Filha, 2012), nos materiais didáticos pela omissão de referências à diversidade sexual (Lionço e Diniz, 2009) e no cotidiano dos docentes identificados como LGBT (Franco, 2009; Santos, 2010).

Transfobia e reconhecimento precário: o contexto das travestilidades e transexualidades no contexto escolar

A transfobia tem sido utilizada para identificar/denunciar modos de subalternização e violência, física ou não, causada pela heteronormatividade especificamente contra travestis e transexuais. As travestilidades no Brasil constituem uma posição identitária construída por coletivos e sujeitos que chegam à atualidade como parte do movimento social de luta por reconhecimento e se localizam em territórios comumente associados à prostituição (Benedetti, 2005; Pelúcio, 2009), ao *glamour*, aos *shows*, às festas de carnaval e peças teatrais desde o início do século XX (Trevisan, 2002; Green, 2000). As transexualidades, conforme Berenice Bento (2006), deriva dos discursos ligados às ciências médicas e psicológicas do início do século XX, quando em 1910 Magnus Hirschfeld utilizou o termo “transexual psíquico”. É importante ressaltar que a transexualidade ainda é considerada como transtorno de identidade de gênero (TIG), conforme o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM IV)*; nesse manual, utilizado internacionalmente, está parte dos possíveis diagnósticos a serem emitidos pelas ciências médicas. Porém, setores sociais têm solicitado que seja retirada a transexualidade deste manual, algo que não tem encontrado consenso nem na academia ou em coletivos de travestis e transexuais. Segundo Bento (2006), a separação entre transexuais, travestis e homossexuais se dá mais intensamente na segunda metade do século XX: de diferentes modos as transexuais são consideradas fruto de questões endocrinológicas e/ou da educação, perspectivas que culminam nas justificativas de tratamento e medicalização dos sujeitos. Existem diversos termos emergentes nessa área, contudo entre nossas entrevistadas localizamos apenas as autodefinições de travestis, transexual e uma que se dizia também *queer*. Essas definições possuem um histórico no campo acadêmico nem sempre coincidente com aquele defendido nas lutas sociais (Barbosa, 2010) ou ainda outros significados vacilantes na mixagem das ruas, do cotidiano pelo senso comum etc. Neste contexto é que localizamos a emergência de professoras travestis e transexuais femininas na rede pública de educação. A distribuição geográfica de nossas entrevistadas por região era, uma do Nordeste, quatro do Sul, uma do Centro-Oeste e uma do Sudeste. A localização destas ocorreu por indicação da Professora 1 e daqueles que entrevistamos posteriormente.

Nos relatos das professoras o enfrentamento da transfobia surgia de diferentes modos; um dos mais eficientes era a adequação à performatividade do feminino nas dinâmicas relacionais na comunidade escolar. A noção de performatividade em Butler

(1999) indica a reiteração de elementos discursivos que constituem o que é homem ou mulher nos discursos heteronormativos, porém dentro das lógicas contingentes das normas de gênero. Esse reconhecimento está também relacionado a capacidade de essas professoras evitarem, ou não, o embasamento dos limites postos pelas normas de gênero, inclusive construindo a invisibilidade de seu processo de transformação de “homem” para “mulher”. Vejamos como se dá a exigência de ser uma mulher “mais mulher”.

Isso, mas assim, eu digo assim, por exemplo, têm várias mulheres, que não usam maquiagem, elas não se arrumam. A transexual ela gosta sempre de estar com o cabelo bem feito, maquiada, com a roupa bonita, perde tempo no salão, vai na academia, sabe, então, aquele cuidado talvez um pouquinho maior, entendeu, de fazer aquelas coisas assim... que talvez sejam ultrapassadas mas que para gente não, então essa diferença existe. (Professora 3, 310, 2010)¹

Quando a professora diz utilizar-se de “coisas assim... que talvez sejam ultrapassadas” ela está indicando a mulher idealizada na cultura, sua fala está no registro de um discurso que nutre a nostalgia por um sujeito naturalizado, porém inexistente. Em Butler (2006) esse sujeito será sempre uma paródia, uma repetição de um suposto original que nunca existiu, a não ser nos discursos que o construíram. Ainda que ela desfrute do uso do nome social como algo relacionado aos direitos conquistados em determinados contextos, a Professora 3 estará se guiando pelo modelo de mulher definido a partir das normas de gênero. Ao mesmo tempo é pelas normas de gênero que ela se afirma como mulher, revelando a contingência dessas normas.

Outro modo de aceitação no contexto escolar era a eficiência no domínio dos conteúdos que traziam formas de reconhecimento e prestígio para as professoras, porém sempre depois de um itinerário marcado pela heteronormatividade. Vejamos um relato que expressa esta questão.

Professora 4: Olha, com relação aos pais eu posso dizer que eu estou numa comunidade bastante receptiva, porque eu nunca tive problema nenhum com os pais, pelo contrário, eu tenho inclusive hoje em dia uma amiga, uma amiga pessoal que ela foi, ela é mãe de uma aluna que foi minha. Então ela hoje é uma amiga pessoal, a filha dela foi minha aluna durante quatro anos e o que me deixa mais feliz é que muitas vezes no início do ano, quando os pais estão fazendo as matrículas dos alunos eles perguntam se o filho vai ter aula comigo, se o primo vai ter aula comigo, isso me deixa feliz, eles fazem análise dos professores, aqueles mais antigos da casa, os mais novos e a secretária escolar, que é a responsável pela matrícula dos alunos, ela

¹ A numeração atribuída a cada Professora refere-se à ordem em que foi entrevistada durante a pesquisa e preserva o anonimato do texto, contudo o uso de pseudônimo foi facultativo para as entrevistadas.

já me contou várias vezes que foram pais, no ato da matrícula e perguntaram “a professora Andreia vai dar aula para o meu filho esse ano na 6ª série, na 7ª?”

Pesquisador: É um reconhecimento super importante.

Professora 4: É, isso é um reconhecimento, porque assim, lá no meu cotidiano, dentro das minhas aulas às vezes eu esqueço até quem eu sou para me dedicar àquilo que eu estou fazendo, para me dedicar realmente ao processo de ensino, aprendizagem do aluno, então eu acho que isso é um reconhecimento desse esforço. (Professora 4, 46-48, 2010)

No relato da professora 4, ao ser integrada afetivamente pelos pais nas teias das interdependências afetivas da escola, se sente tão gratificada que nem se lembra de quem é. Mas quem ela é? Ela se afirma uma transexual e isso aparece como algo a ser esquecido ou até negado como no caso de alguns trechos das entrevistas. Ao mesmo tempo aquilo que elas estão fazendo propicia esse esquecimento, como no caso da afirmação dos relato da Professora 3 em dizer que a educação salvou sua vida. Essa afirmação indica que mesmo com toda aceitação que aparece em seu discurso existe a constante lembrança da percepção de si, da professora transexual que permanece marcada por uma diferença indesejada. Na maioria dos relatos há um percepção de grande aceitação das professoras entrevistadas entre alunos/as e os familiares deste, enquanto que colegas de trabalho demonstram maiores resistências.

Eu vivi, eu dei aula de 1995 a 2000 como professor (nome civil); em 2000 quando assumo a identidade de travesti eu volto para as mesmas escolas em que eu trabalhava e uma delas é a escola em que eu tinha estudado, durante todo o ensino fundamental e médio. Assim, você voltar com uma outra identidade, ser colega, ser par de profissionais que foram seus formadores, foram seus professores, é muito complicado e em alguns momentos estar na coordenação deste grupo, que eu passei pela coordenação pedagógica da escola, muito complicado. O trato com os profissionais sempre e nas minhas defesas, minhas discussões, é muito mais complicado do que o trato com o alunado, o professorado se mostra mais resistente mesmo te conhecendo mais do que o alunado, o alunado é mais aberto a outras possibilidades. (Professora 5, 32, 2010)

Consideramos que é no reconhecimento precário que elas recebem no espaço escolar que encontramos fissuras no monopólio afetivo sustentado pela transfobia. Nas interdependências afetivas no contexto escolar conseguem se perceber somente como professoras: “lá no meu cotidiano, dentro das minhas aulas às vezes eu esqueço até quem eu sou para me dedicar àquilo que eu estou fazendo” (Professora 4, 2010).

Na entrevista da professora 6 podemos localizar elementos de diferentes discursos, tanto aquele marcado pela transfobia como outro identificado pelo

reconhecimento das lutas de LGBT. Temos assim uma produção de sujeitos marcados pela complexidade das posições que ocupam na educação.

Professora 6. Em (nome da cidade natal da entrevistada), Campus da Universidade (xxx) de (xxx), primeiro eu descobro que eu sou a única transexual da universidade de três mil estudantes, no dia que eu fui me inscrever no vestibular, no dia que eu fui fazer a matrícula, ai, eu, pá, como vai ser o primeiro dia de aula? No primeiro dia de aula na universidade o aluno me disse “você está fazendo o quê aqui?” “Eu vim estudar.” “Então por que você não está no salão de beleza, não está lá na curva do zero se prostituindo?” Curva do zero é lá no povoado onde tem umas meninas que ficam na beirada da pista se prostituindo. Eu digo “não, diferentemente delas, eu consegui é aguentar pessoas como você no ensino médio e estou aqui com você”. Aí o rapaz “está bom”. Passa-se a primeira semana de aula, foi um inferno porque todo mundo me olhava como se eu fosse uma extraterrestre na faculdade. Não dos outros, mas é uma cobrança nossa mesmo, porque essa cobrança não parte dos outros, mas sim de nós, com se fosse dentro de mim o estigma de mostrar que sou capaz, de ter que ser a melhor no curso, de mostrar que realmente somos capazes, toda travesti, toda transexual, todo gay, acho que muitas das vezes ele têm isso em si de ser o melhor, porque o processo de preconceito já o inferioriza, então já que ele nos inferioriza, vamos ser melhor do que eles pra mostrar que realmente nos temos base e temos cacife, se realmente nós somos mais cobrados; mas eu acho que essa cobrança vem mais da gente mesmo, vem sim da sociedade, dos outros, mas vem mais da gente mesmo, porque se a gente foge “aí, está vendo, é mau profissional porque é travesti, esse povo é burro, não tá vendo que é mau profissional”? Então automaticamente vai ser a melhor, pra poder tirar esse estigma, porque travesti é burro, homossexual é ignorante, é vexatório, é depravado, isso e aquilo e aquilo outro; então acho que são essas características de preconceito que automaticamente internaliza na pessoa a capacidade de até de crescimento maior, de driblar seus próprios limites “eu tenho que fazer, mas tenho que ser melhor em tudo, porque se eu for fazer ruim vão dizer que eu fiz ruim porque eu sou homossexual, só fiz ruim porque sou travesti, porque está mal feito porque sou transexual”.

Pesquisador: É, quer dizer que acaba sendo um peso interno? Agora, hoje, acaba que você transita pelo Movimento, você está falando de qual que é a tua ligação hoje com o Movimento trans, o Movimento LGBT?

Professora 6: Então, minha ligação com o movimento LGBT hoje... Eu não sou ligada a Ong nenhuma, eu digo que minha militância é minha mesmo, não sou ligada a nenhuma Ong, não sou presidente, secretária... Mas eu estou ligada ao movimento no sentido da batalha. Eu acho que a minha batalha hoje principalmente, digo que antes da minha batalha de militante LGBT, acho que minha batalha maior é a educação. Mais forte é minha batalha na educação, eu sou apaixonada pela política da educação, eu sou apaixonada, tanto que eu vou fazer no Serviço Social... Eu estou fazendo uma extensão na educação, então primeiramente acho que essa batalha em mim é a batalha da educação mesmo, eu fui presidente do Conselho Municipal da Educação do meu município. (Professora 6, 89-91, 2010).

Na época da entrevista a Professora 6 estava com 23 anos, participava de um encontro do movimento de travestis e transexuais, era formada em Letras e cursava sua segunda graduação. O relato acima possui a descrição de uma trajetória de alguém que passou pela transformação antes de ingressar na faculdade, situação que apenas 2 entrevistadas se enquadravam, as outras cinco entrevistadas afirmaram que esperaram se formar e até se estabilizarem no emprego para iniciarem o processo de transformação. Todas eram professoras da rede pública da educação básica, em alguns casos também tinham outras funções dentro das redes educacionais. O itinerário escolar dessa professora, marcado pela transfobia e pelo precário reconhecimento de direitos, se repete com mais ou menos intensidade nos outros relatos, ainda que apenas duas entrevistadas se diziam participantes do movimentos de LGBT.

Assim, consideramos que as professoras que entrevistamos experimentam possibilidades de romper o monopólio afetivo da escola em relação aos LGBT, ainda que paguem por isso com concessões que fazem à heteronormatividade. Entre essas exigências emerge a necessidade de dominar os conteúdos escolares e a performatividade feminina mais do que aquela exigida de outras professoras.

A Rede Trans Educ emerge concomitantemente com a ascensão de demandas por direitos LGBT pelos movimentos sociais e nas políticas de direitos humanos (Correa, 2009; Carrara, 2010). Consideramos que a articulação da Rede Trans Educ possui relações com a produção de discursos em que articulam possibilidades de reconhecimento das travestilidades e transexualidades. Como coletivo essas professoras podem fortalecer demandas fundamentais à garantia legal e ao reconhecimento da identidade de gênero nas políticas de direitos humanos como expresso no conforme definido nos Princípios de Yogyakarta (Corrêa e Muntarbhorn, 2006).

ENTENDENDO “identidade de gênero” como estando referida à experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos. (Corrêa e Muntarbhorn, 2006, p. 10)

Em cada narrativa identificamos que a transformação das professoras entrevistadas emerge um corpo constituído por discursos produzidos pela família, pelos movimentos sociais, pelas políticas de direitos humanos etc. Assim destacamos a Rede Trans Educ como possibilidade para produção de outros significados a partir da

complexidade dos corpos docentes que existem a partir e além das normas de gênero; essas professoras podem revelar a contigência destas normas no contexto escolar.

A emergência Rede Trans Educ Brasil

O 1º Encontro Nacional da Rede Trans Educ ocorreu entre os dias 6 e 9 de maio de 2012, em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Esse encontro inicial utilizou da mobilização do 7º Encontro de Transexuais e Travestis da Região Sudeste que é uma das etapas que também ocorre em outras regiões do país para preparar o encontro nacional de travestis, transexuais e transgêneros, o ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Trabalham com AIDS), que é amplamente financiado pelo Estado e promovido pelos movimentos sociais com parcerias diversas. Na divulgação dos cartazes os eventos eram divulgados simultaneamente. O histórico desses encontros de travestis e transexuais está relacionado com a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e a SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, popularmente conhecida pelo termo em inglês: AIDS. Consideramos que a articulação da Rede Trans Educ pode se tornar bastante significativo no contexto destas políticas por inserir outras discussões também pertinentes as travestis e as/aos transexuais.

As idealizadoras da Rede Trans Educ em articulação com alguns militantes e professores/as de algumas universidades conseguiram visibilidade ao se articularem com um evento significativo no campo das políticas públicas e do movimento nacional de travestis e transexuais. A abertura conjunta ocorreu no auditório da reitoria da UFMG com a presença de representantes do governo federal, do movimento social de LGBT e de universidades. Os demais momentos do encontro ocorreram na Faculdade de Educação da UFMG. Uma das articuladoras da Rede Trans Educ representou a presidente da Articulação Nacional das Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA) e salientou que ali estavam representados mais de 140 grupos de *trans* afiliados.

No 1º Encontro da Rede Trans Educ encontramos a professora 6, dois anos após sua entrevista, juntamente com outras duas entrevistadas de nossa pesquisa que assumiam funções importantes naquele coletivo. No período da pesquisa quatro das entrevistadas já possuíam algum conhecimento da Rede Trans Educ e no 1º Encontro Nacional da Rede Trans Educ, seis entrevistadas estavam ligadas ao grupo. Neste

encontro observamos uma incipiente identidade coletiva dessas professoras se formar quando relatavam nas sessões suas experiências dentro das escolas; em nossas análises as entrevistas e relatos de experiência do encontro indicaram que o a transfobia e as experiências de reconhecimento eram analisadores da especificidade das travestilidade e transexualidades no contexto escolar. O discurso da igualdade de direitos na escola era questionado por essas professoras ao relatarem como eram vistas como seres “estranhos”, quando percebiam a negação de convites para encontros sociais que outros docentes eram convidados etc. Desse modo a vida de cada professora naquele encontro revelava a complexidade dos discursos que produziam aqueles sujeitos que viviam entre a transfobia e um reconhecimento precário. Na escola a Rede Trans Educ poderá realizar alianças e estratégias significativas para o combate à transfobia na relação com os grupos (gestores/as, professores/as, pais/mães, alunos/as etc.) daquele contexto.

Na entrevista com a Professora 1 (2010), uma das organizadas da Rede Trans Educ, ela relatou-nos que em 2009, quando tentava iniciar o grupo, havia localizado pouco mais de uma dezena de docentes. No encontro de 2012 havia poucas participantes devido ao financiamento da viagem, porém as coordenadoras da Rede Trans Educ já haviam localizado por volta de setenta professoras e estabelecido contato por mensagem eletrônica com mais de quarenta delas. Atualmente o grupo possui um perfil em páginas eletrônicas de relacionamento social. Algo que surge na constituição da Rede Trans Educ é a percepção de que as travestilidades e transexualidades são, dentro das identidades sexuais, aquelas que estão em relações de maior submissão, inclusive dentro do movimento de LGBT.

O objetivo principal dessa rede é desmistificar (sic) essa questão de que uma trans não pode estar em determinado lugar. Por que ela só tem que estar no salão de beleza ou sendo enfermeira ou sendo profissional do sexo? Por que não poderíamos ter trans...? A gente sabe que tem trans advogadas, trans médicas, já tem uma ou duas médicas. [...] Por que não na educação que também faz parte desse contexto? Então o objetivo principal é divulgar, quer dizer, mostrar a cara e realmente saber que estamos ligadas, que o principal é justamente esse, estar à frente desse contexto... Por que tem tantas meninas que estão fora da escola? Porque que muitas abandonam, a gente sabe, que hoje o maior índice dentro do Movimento LGBT de evasão e preconceito é em relação às trans e travestis. Por quê? Por que elas abandonam antes? Porque tem a questão do nome social, todas essas questões, então um dos motivos que a gente de repente, não que vai ser exemplo, mas que vai ser um apoio pra que elas querem ter coragem de voltar pra escola, também essa é uma coisa que eu acho que é importante da gente. Nesse sentido assim, o objetivo principal é realmente se articular enquanto uma rede de profissionais, mas que tenha esse diferencial, assim de realmente

lutar pelos direitos que a gente sabe que tem. (Professora 1, 446, 2010)

No relato anterior surge uma percepção de fazer parte de um grupo específico, de pensar-se por experiências de identificação que levam a um grupo orientar suas ações no mundo. As professoras travestis e transexuais, ao se constituírem a partir de discursos disponibilizados pelas políticas de direitos humanos, pelas lutas por reconhecimento do movimento social e outros significados disponíveis socialmente, indicam a possibilidade de produção das sexualidades na escola que revelam a contingência da norma. Vejamos um pouco mais acerca da Rede Trans Educ a partir de nossas observações do 1º Encontro Nacional.

No 1º encontro nacional da rede ocorrido em 2012, na cidade de Belo Horizonte, não foi aceita a participação daqueles/as autodefinidos/as como transgêneros e/ou outros termos que não travestis e transexuais (masculinos e femininas), o que consideramos uma fixação problemática das identidades. Ainda que essa negação fosse justificada pelo argumento de que os/as transgêneros não se assumem e/ou buscam a visibilidade, poderíamos pensar que aqueles/as transgêneros também não desejam ser reconhecidas como travestis e/ou transexuais. De algum modo essas posições identitárias podem remeter a uma questão em aberto que poderá suscitar dúvidas para o grupo à medida que a organização e visibilidade da Rede Trans Educ aumentar.

Essa posição permite duas análises importantes em que consideramos que as identificações podem servir para a reivindicação de uma essência definidora dos sujeitos, porém também podem indicar a identidade como “[...] exercício de transformação, como um exemplo do desejo como atividade transformadora”² (Butler, 2006, p. 23. Tradução nossa). Assim, Butler propõe a compreensão dos diferentes termos que podem indicar essa atividade transformadora, na medida em que provocam deslocamento do gênero ao definir-se em conflito com as normas que o regulam.

O transgênero se refere àquelas pessoas que se identificam com ou se veem como do outro gênero, mas que podem não se submeter a tratamentos hormonais e operações de *reassignação* de sexo. Os transexuais e as pessoas transgêneros se identificam como homens (caso de transexuais de mulher para homem). Como mulheres (caso de transexuais de homens para mulheres), ou como trans, isto é, como transhomens ou transmulheres, caso já tenham submetido ou não a intervenções cirúrgicas ou a tratamento hormonal; e cada uma dessas

² [...] *como un ejercicio de transformación, como un ejemplo del deseo como actividad transformadora.*

práticas sociais conduz a diferentes cargas sociais e promessas³.
(Butler, 2006, p. 20. Grifo em itálico da autora e tradução nossa)

A Rede Trans Educ pode ser relacionada a um exercício de transformação dos sujeitos que ali buscam por definições de si ao mesmo tempo em que aquela pode propor uma intervenção política em um contexto em que a sobrevivência de travestis e transexuais está em jogo. O conceito de política utilizado por Butler (2006) tem sua centralidade na sobrevivência que exige desfazer uma noção de gênero normativa que serviu e serve para ameaçar, constranger, aprisionar, humilhar e mesmo conduzir tantos ao suicídio. Desde modo, a norma pode indicar possibilidades a partir do gênero não normativo, ou seja, de uma perspectiva em que “[...] as normas são precisamente o que une os indivíduos e o que forma a base de suas exigências éticas e políticas⁴” (Butler, 2006, p. 310. Tradução nossa).

Butler (2006) afirma que, quando esses sujeitos acessam e questionam a norma, eles “circunscvem a esfera do humanamente inteligível, e esta circunscrição tem consequências para qualquer conceito de transformação social⁵” (p. 313. Tradução nossa). Para os debates políticos, Butler (2006) considera importante deixar sempre em aberto o conceito de “humano” para que seja possível uma política dos direitos humanos com caráter crítico e internacional. Contudo, ainda conforme a autora, devemos sempre observar que no campo dos direitos humanos é necessário atentar para as relações entre o local e o internacional, pois é um campo marcado pelo imperialismo que definiu o humano a partir da exclusão ou negação de muitos modos de vida. Por fim ela considera que para a política não basta a ressignificação do humano, mas esta precisa surgir como resultado de “[...] uma teoria e uma prática democrática e radical⁶” que estejam em consonância com a busca de tornar viáveis as diferentes formas de vida que não almejam a eliminação e submissão de uns pelos outros. Ainda que existam grandes

³ *El transgénero se refiere a aquellas personas que se identifican con o bien como el otro género, pero que pueden no haberse sometido a tratamientos hormonales u operaciones de reasignación de sexo. Los transexuales y las personas transgénero se idetentifican como hombres (caso de los transexuales de mujer a hombre), como mujeres (caso de los transexuales de hombre a mujer), o como trans, esto es, como transhombres o transmujeres, ya se hayan sometido o no a intervenciones quirurgicas o a tratamiento hormonal; y cada una de estas practicas sociales conlleva diferentes cargas sociales e promessas.*

⁴ *[...] las normas son precisamente lo que une a los individuos y lo que forma la base de sus exigências éticas y políticas.*

⁵ *[...] circunscribe la esfera de lo humanamente inteligible, y esta circunscripción tiene consecuencias para cualquier ética y para cualquier concepto de transformación social.*

⁶ *[...] una teoría y la práctica democrática y radical*

divergências teóricas acerca dos significados desses direitos e do que seja a política que os rege, entendemos que muitos grupos consideram a necessidade de pensar como viável esses modos de vida marcados pelo conflito com as normas de gênero.

Considerações finais

A emergência das professoras trans nos processos sociais em que localizamos a ascensão dos direitos LGBT pode estabelecer confrontos em territórios marcados pelos dispositivos da heteronormatividade. Um deles certamente é a escola, onde se anulam possibilidades de travestis e transexuais tornarem seu modo de vida inteligível para si e aos outros. Consideramos que a Rede Trans Educ pode constituir um importante instrumento de visibilidade propiciando alternativas para a quebra de monopólios de direitos e dos afetos, promovidos pela transfobia, que privam outras travestis e transexuais do acesso à escola. O coletivo poderia se propõe como uma possibilidade de monitoramento/denúncia de situações envolvendo a discriminação de travestis e transexuais no espaço escolar e um modo de capacitar as professoras travestis e transexuais para tal. Reiteramos que isso é uma possibilidade, pois não devemos supor que o fato de uma professora ser identificada como travestis ou transexual indique qualquer possibilidade de enfrentamento sistemático da transfobia na escola.

Apesar desse caráter identitário da Rede Trans Educ, como da ANTRA, do ENTLAIDS etc. esses grupos têm organizado demandas pelo avanço do reconhecimento social das travestilidades, definindo sujeitos de direitos, constituindo identidades coletivas e políticas, definindo inimigos a serem enfrentados e até criando um vocabulário que possibilitou, entre outras coisas, especificar demandas de travestis e transexuais, como a legitimidade do uso do nome social e a articulação do termo transfobia. Ainda que esse caráter identitário possa servir para a subalternização de sujeitos em determinados contextos, em alguns momentos ele pode ser a estratégia para enfrentar os dispositivos da heteronormatividade. Certamente a Rede Trans Educ poderá aumentar a tensão nas dinâmicas relacionais da escola, pois poderá visibilizar denúncias que revelem tanto o controle violento da heteronormatividade como a contingência do gênero normativo propostos pela pedagogia.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Bruno Cesar. **Normas e diferenças**: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Tradução por Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2009.
- BUTLER, Judith. **Deshacer el genero**. Tradução por Patrícia Soley-Betran. Barcelona: Paidós, 2006.
- BUTLER, Judith. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. New York/London: Routledge, 1999. Trabalho original publicado em 1990.
- CORREA, Sônia. O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”. **Bagoas**: Estudos gays, gêneros e sexualidades, n. 4, p. 17-42, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04bagoas04.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2010.
- CORRÊA, Sônia; MUNTARBHORN, Vitit. (Org.). **Princípios de Yogyakarta**: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2006. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2007.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**, V.1: A vontade de saber. Graal ed. Rio de Janeiro: 1988.
- FRANCO, Neil. **A diversidade entra na escola**: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras da sexualidade e do gênero. 2009. 239f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.
- GREEN, James. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas, v. 32. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2009. P. 85-93.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. (2a ed.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001a. P.7-34.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, 2001b, ano 9, n. 2, p. 541-553. 2º semestre 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2007.

MOTT, Luis, ALMEIDA, Cláudio; CERQUEIRA, Marcelo. (2011). Epidemia do ódio: 260 homossexuais foram assassinados no Brasil em 2010. **Grupo Gay da Bahia** (GGB). Disponível em: <http://www.ggb.org.br>>. Acesso em: 10 dezembro 2011.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: Fapesp, 2009.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. P. 51-72.

PROFESSORA 1.[S.l.], ago. 2010. Entrevista concedida a XXXXXX.

PROFESSORA 3. [S.l.], set. 2010. Entrevista concedida a XXXXXX.

PROFESSORA 4. [S.l.], nov. 2010. Entrevista concedida a XXXXXX.

PROFESSORA 5. [S.l.], nov. 2010. Entrevista concedida a XXXXXX.

PROFESSORA 6. [S.l.], nov. 2010. Entrevista concedida a XXXXXX.

RAMIRES, Luiz. Homofobia na escola: o olhar de um educador social do movimento LGBT. In VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. P. 131-140.

RODRIGUES, A. (2012, 28 de junho). Registradas 6.809 denúncias de violações aos direitos humanos de homossexuais em 2011. **Agência Brasil**. Empresa Brasil de Comunicação. Recuperado em, de Disponível em: <www.agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 03 de julho de 2012.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 1996.

XAVIER FILHA; Constantina. A menina e o menino que brincavam de ser...:representações de gênero e sexualidade em pesquisa com crianças. **Revista Brasileira de Educação**, 2012, v. 17, n.51, p.627-646, set.-dez. 2012